

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

VITÓRIA OLIVEIRA MAIKHER - 10272987

**A CARTOGRAFIA SOCIAL COMO FERRAMENTA DE LUTA
NO MOVIMENTO SOCIAL DE EDUCAÇÃO POPULAR**

Trabalho de Graduação Individual do
Departamento de Geografia da Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
sob orientação da professora-doutora
Amélia Luisa Damiani.

São Paulo,
Agosto de 2024

*“Dê-me um mapa; depois mostre-me
Tudo o que me resta para conquistar o mundo...”*

[...]

MARLOWE, C. Tamburlaine

Resumo

Este trabalho se debruça sobre a centralidade do vivido no movimento social de educação popular, a partir de suas particularidades e pontos fundantes semelhantes ao que é ser um movimento social e ao que é se articular com e na educação popular. Se embrenha no vivido como negação do urbano para rasgar as frescas da cotidianidade controlada e estabelecer a força dos resíduos no encontro e mobilização coletiva. A partir da socioespacialidade dos sujeitos delinear os territórios e as centralidades do poder dos comuns se utilizando, assim, da cartografia social como ferramenta de e da luta organizada, percorrendo na leitura do mundo o movimento de superação do real aparente para o real pensado.

Introdução

Perpassando a experiência coletiva do movimento social sem falar por ele, menos ainda em seu lugar, a perspectiva do trabalho apresentada aqui se direciona e se orienta por um caminho no qual busca não ultrapassar a linha que transforme o empírico do movimento de educação popular, o Cursinho Popular do Capão, no objeto desse trabalho. Portanto, acompanha o caminhar da experiência pessoal sem substituir tal experiência pelo significado coletivo da mesma, alocando assim, a experiência pessoal no lugar de estímulo e reflexão a partir dela. Nesse sentido também, o ponto de partida não poderia ser diferente se não sendo a própria prática social concreta, e não o objeto ou sujeitos abstratos. Assim, a práxis defendida como modus operandi da organização coletiva se expressa, ela mesmo, em forma e conteúdo deste trabalho.

Se há a práxis, há a inerência da existência do sujeito no percorrer de uma atividade consciente direcionada a um objetivo (MARX, 1965). O Cursinho Popular do Capão (CPC), enquanto movimento social de educação popular, persiste em sua

prática a construção da possibilidade da presença do jovem periférico nas universidades (públicas ou não), mas se move e se baseia para que possa, através de uma pedagogia que emancipe consciências e desamarre alienações, mobilizar uma transformação da socioespacialidade do real, elaborando uma territorialização dos sujeitos periféricos e para os sujeitos periféricos. Nesse processo o CPC é sujeito de corpo coletivo e sua prática só poderia ser refletida por este corpo, assim, este trabalho não se debruça em ser ou se transformar nesse sujeito coletivo. Se intersecciona por ele, à medida que este é influência direta na formulação dos sujeitos individuais que os constroem, e se estabelece como exemplo no tabuleiro do vivido para dar foco à uma territorialização a partir das classes populares num processo mediado através do movimento social de educação popular.

Esse leque posto, é possível alocar o cerne deste trabalho, a cartografia social como ferramenta de luta, que pela sua própria existência, usos e intenções, não poderia se dar como protagonista solo. Ao partir do mapa como narrativa, portanto, como disputa de representação e existência(s), ao partir do momento histórico atual assentado numa cidade que nega o próprio urbano e retalha o seu território, ao partir do objetivo da educação popular que fundamenta a sua prática numa mudança de mundo delineada e escrita pelos oprimidos e, ao partir do bojo da luta dos movimentos sociais sendo, ao fim e ao processo, lutas no espaço e pelo espaço, tem-se, enfim, o quadro completo dessa monografia.

A prática socioespacial na negação do urbano

Partindo da perspectiva segundo a qual o momento atual do processo de reprodução do espaço urbano – como condição, meio e produto da reprodução do modo de produção capitalista – carrega uma tendência em contínua ascensão da cisão entre criador e criação, entende-se a centralidade e o protagonismo do espaço nas lutas dos movimentos sociais. Tem-se, a sociedade enquanto sujeito da produção do espaço de um lado e o espaço urbano, este produzido pela lógica e racionalidade da mercadoria, de outro (CARLOS, 2017). Assim, a cidade ergue-se a esse sujeito como formação alheia e não pertencente a ele, a lógica do valor de troca sobrepuja e esmaga os usos dos espaços. É nessa relação que se encontra o embrião do negativo do próprio urbano. A chave histórica que comporta o nascimento e assentamento

dessa cisão é um olhar para o processo histórico de reprodução do capital, tendo na cidade e seu urbano - sobretudo o negativo dele – a mudança do fazer da reprodução do capital, uma mudança da dialética do tempo à dialética do espaço. O capital ergue-se aos novos patamares, nessa nova roupagem transpõe de maneira irremediável as relações de trabalho para construir e moldar todas e quaisquer relações vividas. A cidade nascida como consequência da produção industrial clássica, não traz mais o espaço vindo do chão fábrica, a cidade agora é formada pelo momento da própria reprodução. O capital se reproduz produzindo o espaço e o vivido - irremediavelmente espacial - é subjugado integralmente.

Uma vez que o espaço é cindindo para o sujeito, qual seria então o espaço que pertence a estes sujeitos? A vivência é indissociavelmente espacial, o corpo é a mediação entre o eu e o mundo, bem como, entre o eu e as relações do/no mundo (CARLOS, 2014). O concreto das relações se dá nas relações espaciais. Portanto, essa cisão entre obra e criador, é vivida enquanto escassez de acessos, sobretudo dos próprios espaços da cidade. Assim, o corpo costura as escalas do vivido no cotidiano tecendo a cartografia dos privilégios e das privações. Na dinâmica da produção do espaço se promove centralidades que são hierárquicas em um – também promovido - cotidiano controlado.

“Há dominação pela lógica. É o espaço formal que impera. O cotidiano e o vivido lhe escapam. Ou melhor, programa-se o cotidiano. Lugares neutralizados, higiênicos e funcionais, como as avenidas, voltadas para a circulação do automóvel. Toda a racionalidade econômica e política pesa sobre o cotidiano, enquanto vivido.” (DAMIANI, 2001, p.52)

É a prática socioespacial, enquanto sujeitos e sujeitos coletivos, que nos dá a tradução das relações de opressão e somente nela é possível o rompimento com a aparência natural dessas relações, o rompimento com a aparência apaziguadora que sufoca as tensões das desigualdades simultâneas. Entretanto, apesar da prática socioespacial, inevitavelmente, expressar as contradições e o controle da reprodução da vida, ela por si só não se faz mecanismo de ruptura, ao passo que é impossível alcançar a ruptura se não pelas vias do vivido. Para tanto, toda e qualquer práxis não se dá fora da escala que compõe a cotidianidade dos sujeitos, é a práxis do concreto a necessária para a percepção da realidade e, portanto, do enfrentamento a ela. Assim, a práxis não se faz muito relevante quando tentada a ser emplacada em

carreira solo, uma vez que a ruptura com a reprodução-subjugação capitalista não poderia se dar individualmente. Qualquer exercício teórico crítico solo, apenas é avulso e não propulsor de forças de mudanças. A cidade que nega o urbano, ainda não soterrou todos os encontros e é na potencialidade deles que os sujeitos coletivos se formam, tanto em constituição quanto em deslocamento da atividade teórica à intervenção concreta no mundo.

Quem não vive o chão da luta não supera, ou se estagna, única e tão somente no real aparente. A escala do vivido é o que permite o contato da materialidade do fenômeno, alcançado assim, a trajetória do real aparente ao real pensado, ou seja, o concreto das relações. É nessa ligação que se estabelece a contraposição e se desnuda a aparência para enxergar, então, a essência da espacialidade. A construção do pensamento se daria pois, da seguinte forma: parte-se do empírico, passa-se pelo abstrato e chega-se ao concreto. (Saviani, 1991, p.11). O desenho desse caminho se dá no percurso do coletivo.

Com este cenário posto, tem-se uma morfologia metropolitana que se embrenha em relações culturais, sociais, políticas e econômicas. Se estabelece por centralidades - também consequência de um processo dialético de implosão e explosão da cidade - essa, por sua vez, provocando territorialidades e espacialidades diversas. Uma morfologia que carrega a evidente materialidade da cidade o principal mote da contradição no processo social moderno, produção social e apropriação privada. Dito isso, qual centralidade nos importa? Sabemos quais são as centralidades do espaço do ponto de vista da institucionalidade, da burocracia, do poder e dos seus símbolos, mas quais as centralidades cotidianas dos sujeitos comuns? Dos "anônimos revolucionários"? Uma indagação síntese precisa ser feita: qual a centralidade e espacialidade do poder dos comuns?

Da ‘palavramundo’ à práxis

A prática é fundante do movimento, indispensável em sua existência. Um movimento territorial não se dá sem o chão do território, sem a materialidade concreta de suas relações nele. Um movimento social é propositivo em sua essência e assentado na(s) resistência(s) que o constituem e o movem, portanto, a prática apartada de uma reflexão contínua sobre si permite o enfraquecimento político e o

enfraquecimento da consciência dos porquês de suas deliberações e mesmo de sua existência. Apesar do bojo dos encontros - que é o que rege o coletivo e dá cotidianidade a ele - ser, por vezes, sufocado pelas tarefas, nunca se deve deixar de ser esforço coletivo a reflexão crítica sobre sua prática. O caráter territorial do Cursinho Popular do Capão defere não apenas sua identidade, através do espaço em que existe e dos corpos que o constitui, como é também, irremediavelmente, objeto de nossas ações e meio das nossas lutas. Para tanto, não basta descrever objetos, memorizar mecanicamente características, treinar tecnicamente educadores e educandos. Isso seria apequenar e seciar o processo educativo-formativo (FREIRE, 1987), assim,

“São os homens que, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam com essa realidade que lhes é própria seu pensamento e os produtos desse pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.” (MARX, 1965, p. 22).

A educação popular carrega na bagagem que a veste o saber em comunidade (BRANDÃO, 2002), portanto, aquele que é construído e conduzido entre os grupos, não por via fria, a-sujeita e individualista. Uma relação de educação que não se comporta nas arestas do estudo formal, do mesmo modo que o estudo formal não expressa a educação popular. Esta só se faz no encontro coletivo e na não hierarquização dos saberes, do afago às angústias, das aberturas para a corrida das curiosidades, dos breques na reprodução ritmada do tempo produtivo, da vazão à experiência no lugar da memorização, das palavras lidas a partir da leitura do mundo. A educação popular se faz no agir no mundo, não de maneira indeterminada, mas pulsante de intencionalidade na mudança desse mundo. É, portanto e por vezes, saber das contradições e viver com elas buscando o seu rompimento, pois o entendimento de ser um movimento é continuar a leitura do mundo, em todas as suas nuances e falseamentos, no decorrer de todos os seus momentos. Nesse sentido, a apreensão dos objetos e fenômenos nunca pode se contentar, numa prática que se diz educação popular, no entendimento descomplexificado e isolado dos mesmos.

O espaço-tempo da educação popular se comporta e se contem no mundo imediato dos seus sujeitos, não está sobre ele e nem paralelo a ele. Sendo assim, os tempos e espaços que o movimento prioriza presença ajudam a constituir a definição

desse movimento. Sua concepção política pode até estar devidamente registrada em páginas bem versadas de um manifesto, mas é o tempo e o espaço vivido pelo movimento que de fato lhe dará constituição. Se se prioriza presença nas institucionalidades – e estar nelas é termo de urgência mesmo sem toda a consciência e disposição coletiva – ao invés de se estar na banalidade das construções no chão do movimento, é porque este movimento, mesmo se proclamando um movimento social de base, não se configura como tal. O espaço-tempo da educação popular é a via pela qual - mesmo que esburacada, entroncada, engarrafada – se baseia na dialética da formulação “palavramundo”, a leitura da palavra precedida pela leitura mundo e ela não pode ser ruptura com a leitura desse mundo, ao realizar a leitura da palavra esta então, dá continuidade à leitura daquele (FREIRE, 1997). Reside aí o cerne da prática da educação popular defendida aqui e seu reconhecimento é o que permite não desvirtuar a via do projeto. A diferenciação para com a educação formal não se sustenta apenas no distanciamento dos processos formais burocráticos e realização nos espaços institucionais como a escola ou com os ditos sistemas seriados de ensino (GOHN, 2014, p. 47), a educação popular não só está à margem, como é outra possibilidade frente a tudo isso. A diferenciação lateja pra além da pura tomada de consciência – vista ingenuamente como o suprassumo da fase máxima a ser alcançada no percurso educativo – está a mais: lateja como mobilização em prol da organização da luta. A (re)leitura do mundo, pós palavra apropriada nascida do já então existente mundo, culmina assim, em terreno de articulação para ação.

Desse modo, o movimento de educação popular não se pode ter pretensões, muito menos práticas camufladas, em ser universais e atemporais, essa é a receita tecnocrata pronta para o despreendimento da realidade. Mais do que qualquer outro movimento de base, nele não pode caber o mínimo pretexto em se isentar de construir sentido político conjunto no ínterim de todo o seu corpo coletivo. De construir um saber que é coletivo. E isso é responsabilidade e compromisso político-pedagógico que fundamenta a sua existência como tal. Deve ser capaz de ouvir educandos e educadores e não sucumbir a regência de tarefas e aulas para formulação da indisponibilidade dessa escuta, pra tal propósito, dever-se-á transformar tarefas e aulas também enquanto escuta e troca. O fazer e o como fazer carrega e traduz a escolha política de existência do movimento e não há caminho passivo e leviano

quando se pretende construção coletiva e democrática baseada na não distinção de relevância entre seus sujeitos.

Educadores e educandos possuem responsabilidades na manutenção, concepção e construção do coletivo. Educador e educando são sujeitos do processo de ensino-aprendizagem e no processo de luta se encontrando enquanto educador-educando e educando-educador que se formam (FREIRE, 1970). Ao educador-educando, a quem se deve o agarramento ininterrupto com o compromisso político-pedagógico, que é o que lhe reveste particularidade e não paridade com o educando-educador, acompanha consigo em atuação a mediação entre a palavra e a “palavramundo”. E nisso, não pode transformar a palavra em uso mágico da mesma. Se são nesses sujeitos em comunhão, educador e educando, que reside as responsabilidades na concretização do movimento e, portanto, as tomadas de decisões sobre o mesmo, sejam rumos, atividades, presença em frentes de luta e em como se dar o cotidiano do encontro, aos educadores a palavra - agora tida em outro ângulo - falada no decorrer das deliberações não pode ser formulação já posta, dada e dificilmente, então, não tida como acabada. Ao profanar o sentido do mundo, destrói o sentido coletivo. Assim como no livro lido se percorre as páginas para chegar na completude da história, assim como no quadro se percorre as pinceladas e traços para chegar na composição do desenho, assim como na literatura marginal se percorre verso a verso para alcançar toda a potência da revolta, a decisão do coletivo só pode ocorrer na formulação construída passo a passo, no sentido político completado significado por significado, na concepção chegada dúvida após dúvida resolvida e enxergada. A deliberação, sem esse caminho, pode até ser legítima se ocorrida em momentos tidos para garantia delas, mas não passará de formalidades na construção de um suposto convencimento político. Tomar decisões no grupo não está salvaguardado de tomar decisões em grupo.

Aqui o movimento tem três opções: se manter na insensibilidade (mesmo que não percebida ou intencional), se enganar ou dar um passo de atenção e voltar seus olhares para àquilo que priorizam. Quando se trata de um movimento de educação popular, entre tomar decisões para forjar a democracia e entre se demorar nas formulações e mesmo ter tempos outros, talvez maiores e mais morosos, deve-se escolher aquilo que fundamenta a própria existência desse movimento: o compromisso primeiro com processo político-pedagógico. Entre ter o espaço no dia

reservado para tomar decisões (e cumpri-las, tal qual uma tarefa) e entre assegurar a todo o corpo do coletivo sentido sobre o que se está sendo decidido, deve-se tomar o segundo caminho. Novamente, a particularidade do papel do educador é não se esquivar, e se preciso for, se reorientar para essa responsabilidade. Responsabilidade essa que inclui escuta, mas não pode ser confundida com subserviência na relação com os educandos. A horizontalidade dessa relação passa pelo protagonismo e importância equiparáveis entre educadores e educandos enquanto sujeitos, mas não deve cair na armadilha de deslocar o receptáculo da educação bancária do educando como recipiente vazio para o educador que tudo escuta, concorda e vira um cumpridor de desejos.

As deliberações enfim, tomadas diante e a partir de sentidos políticos construídos, para e por educadores e educandos, irão revestir as presenças – indissociavelmente políticas - nos espaços de disputa e frentes de luta que o coletivo compreender estar. E na indisponibilidade de todos de sua composição falar, aquele que o fará, deve ser via da oratória coletiva. Uma fala de um sujeito sentida como representatividade política pelo coletivo, não faz dela uma fala propriamente do coletivo. De um sujeito do coletivo sim, e muito possivelmente banhado pelo campo das ideias e ideais desse coletivo, uma vez que o vive e constrói e que como sujeito é síntese dos lugares que o formou e o forma. Mas para ser uma fala do coletivo, deve ser construída, debatida, apreendida por ele, se dar pelo acúmulo dele, ser previamente sabida por ele e, portanto, o sujeito ao falar, é veículo deste coletivo, não substituição ou redução dele. Do contrário, os personalismos ou confianças políticas individuais (que em nada traduzem a consciência e formulação coletiva) forjarão uma funcionalidade democrática, assim o movimento mais uma vez se engana ou não se percebe.

Da experiência cartográfica popular

Se temos como responsabilidade, intuito, objetivo permanecer constituindo a luta, mesmo num momento histórico abnegado de revoluções e revoltas, abnegado de fortalecimento ou mesmo manutenção de direitos, é por, ao menos, estabelecer, costurar e desenvolver ferramentas de resistência e ataque ao modos operandi do

sistema que renegamos para que os próximos depois de nós não tenham que recomeçar do zero, reinventar a roda, reestabelecer o marco. Para que o nosso fio histórico de caminhada seja processo. A luta organizada, seja em qual for a escala espacial na qual ocorra, deve ser elo geracional. Seu percurso não é estanque e desvinculado dos próprios momentos históricos em que existem, portanto, as - tentativas - de respostas e organização às opressões vividas devem ser acúmulo e materialidade para o amanhã.

A mesma conduta comprometida deve reger o interior da organização do movimento. Enquanto um movimento de educação popular, nosso elo geracional propositivo trata-se não somente do corpo de educandos - nos quais poderão levar, e o intuito é que possam levar, o reportório apreendido pela práxis daquele espaço para outros espaços que irão vivenciar e disputar – nosso elo geracional também deve ser com as próprias gerações do movimento. Portanto, no futuro o movimento deve poder recorrer às suas próprias experiências quando na reflexão e deliberações de posicionamentos. Um movimento numérico, seja em pessoas ou localidades, seja em quantos alcançam ou em quantos o constroem, não necessariamente se fortalece ao longo de seu processo de existência. Seu fortalecimento está em outro lugar. Está em ser comprometido com a práxis, poder apreender e refletir sobre ela, ter registro não apenas das deliberações, mas de seus porquês, de quais foram as discussões, reflexões e referências que permitiram levar a tais decisões, prioridades e renúncias, e a partir disso ser possível estabelecer princípios, instâncias e estruturas que o sustentam. Se todo novo ano, toda nova conjuntura, todo novo grupo de pessoas se tratar de um recomeço sem referencial do que já foi construído, com suas falhas e lugares de chegadas, com seus aprendizados e insuficiências, com suas conexões e arranjos, por mais numérico que seja o movimento, ele será incapaz de se fortalecer.

Quando não se tem o registro, quando não se tem a presença na historiografia do movimento, o referencial está somente nas pessoas que continuam e toda historicidade sabida dele ficará à mercê da permanência dessas pessoas. Se essas pessoas se vão, o acúmulo apreendido se esvai. O registro, por vezes, é herança possível e capaz da continuidade da correlação de forças. É através dele, aliado e indissociável de suas práticas, que o movimento se dá, se consiste em existência e se permite elos.

Nesse sentido, a cartografia social serve, portanto, como expressão do vivido pelo sujeito coletivo e de ferramenta que potencializa nossas lutas, pois será nela, construída coletivamente, que falar-se-á do mundo social não só vivido, mas o buscado. Como disse Harley (2009), “pela seletividade de seu conteúdo e por seus símbolos e estilos de representação, os mapas são um meio de imaginar, articular e estruturar o mundo dos homens”, de tal modo que, o movimento social apoderado de sua estrutura, reivindicações e objetivos, se apodera das representações montadas por si - para dar a si - lugar no mundo e, assim, não permitir ser ignorado, falado ou sufocado pelas vozes de outrem. O contar a história do movimento não se faz apartado da espacialidade ocupada por ele e, através da espacialidade tomada como consciência, se embrenha no percurso histórico enquanto o mesmo ocorre e se forma. O mapa como linguagem é desprovido de neutralidade e o detentor dele controla a narrativa. A produção cartográfica territorial e territorializada, via condições, moldes e maneiras próprias de se realizar, é contra hegemônica em resultado e em momento mesmo de sua realização. É indisciplinada em essência, pois não nasce dos hegemônicos e sim da insubordinação dos comuns.

Da mesma forma que os canhões e os navios de guerra, os mapas foram as armas do imperialismo. Na medida em que os mapas serviram para promover a política colonial e onde os territórios foram reivindicados no papel antes de ser efetivamente ocupados, os mapas anteciparam o império [...].” (HARLEY, 2009).

As narrativas espaciais devem ser tomadas para si pelos movimentos sociais, mesmo os que não se intitulam territoriais, afinal, a sua existência – e toda a bagagem de opressões e privações – se dá no espaço, a abstração concreta se dá pela prática social e é no plano do cotidiano que se dá as contradições vividas por uma totalidade espacial absorvida pela acumulação, por uma produção espacial que é reprodução do capital na realização do processo de valorização, portanto, as lutas dos movimentos sociais são lutas que decorrem não apenas no espaço, mas pelo espaço. Logo, a cartografia se mostra como meio para o fortalecimento dos saberes locais e do grupo, como registro da presença dos resíduos e como instrumento da práxis. Como posicionamento à negação de se estar absorvido pela lógica capitalista. Como mote para uma mudança radical das condições sociais que não se contenta com os meros reformismos. Diferentemente dos territórios de limites absolutos dos condomínios e

os revestimentos da segurança privada, o território do cotidiano, lido com o intuito de ser rompido da lógica do controle, é malha desenhada pelas relações (de usos) e com os outros, é pedaço reivindicado nas expressões que lhe dão encontro e identidade e, portanto, ao se territorializar, se é possível apropriá-lo. Não está enclausurado nas linhas duras nas ilhas do arquipélago das propriedades privadas do morar e do consumo - sejam as torres que alfinetam o horizonte, os loteamentos que espraiam às margens da cidade para refugo das classes abonadas ou os amontoados de lojas com luzes estridentes nos shoppings centers. Confrontando a expropriação enquanto à rói de um lado e reavive a apropriação do outro, o cartografar nascido do viver pelo território contribui a constituí-lo num embalo que vai do mapa do cotidiano para se formar em mapas de resistências.

O mapeamento psico-geográfico dos sujeitos através do espaço percebido é revestido pelas identidades e identificações do espaço no escopo do vivido (CRAMPTON; KRYGIER, 2008). Uma materialidade que só a cotidianidade pode proporcionar e carregar. É essa a configuração dos mapas do cotidiano, esfolando as brechas do cotidiano homogeneizado pelo valor de troca, propondo no mapa, mesmo o mais efêmero em forma, a exposição da vulnerabilidade do programado. Está posto, assim, um elo possível para o mapeamento de resistências, que pra além de demarcar territórios - por vezes apagados e ignorados pelas bases cartográficas oficiais – demarca territorialidades. Que pra além de apontar localidades, demarca identidades. Traduz o caráter urbano suprimido pela cidade que aliena – consciências e usos – dando encontro, reunião e simultaneidade.

Da Territorialidade como Método

A cidade, ditada pelo modo de produção ergue-se alheia e estranha aos seus atores criadores, sufocando o viver, impondo a morte em vida, faz imperar o poder hegemônico e homogeneizador do capital. A rebeldia emergida, o resíduo não absorvido pelo mundo da mercadoria, as organizações coletivas não institucionalizadas, transforma o palco da cidade em territórios de disputa a partir da própria relação de poder posta, uma vez que as relações de poder são costuradas nas relações sociais, assim, são as relações sociais que condicionam e constituem o

território (HAESBAERT, 1994) e estabelecem a cidade como um território de territórios. O espaço urbano é marcado pela dominação, em contrapartida, também é marcado pela negação dela. A tensão está posta entre os atores dominantes que subordinam as classes populares, acorrentando consciências e mobilizações, e os atores aprisionados que subvertem a dominação. A tensão formada pela cidade fragmentada, que existe em totalidade, mas se impõe delimitada e desigual no espaço-tempo do trabalho, do lazer e da vida privada, submete o sujeito uma vivência ritmada pelo tempo do consumo e um espaço vivido pela escassez das possibilidades de encontros, reuniões, mobilizações. Esmaga os possíveis desenhos que o corpo pode traçar sobre as latitudes e longitudes do mapa e o condiciona a repetição cansativa do movimento rotineiro do vai e vem incessante da reprodução sofrida da vida.

O badalar do controle atravessa e afeta os atores sociais numa hierarquização das relações sociais que também se traduz na hierarquização do espaço da cidade. Composição essa que, através da desigualdade, se permite a consciência da mesma a partir do momento que a vive. Para Haesbaert (2020), os atores sociais ao serem afetados pela reprodução das relações de produção podem conscientizar-se delas e, portanto, ao fazê-la, transformam o espaço em território e, nesse sentido, não de modo apático - afinal os diferentes territórios da cidade tecem a teia do arranjo dela a partir das funcionalidades, controle e centralidades - mas de modo à conceder identidade e características de pertencimento, de modo a subverter a lógica imposta da dominação ao confrontar-se com ela. Um território que para além de material é imaterialidade vivida e reconhecida entre seus atores através de valores, comportamentos, aparências e significados. A territorialidade, conteúdo do território, acarretará em qual será o sentido da territorialização, se ao tomar consciência dos espaços e dos tempos pelos usos – e impeditivos de seus usos - será a territorialização controle e segregação ou alternativa de apropriação?

Percorrer o território pelo seu conteúdo, enquanto método comprometido com a ruptura dominante, é apoderar os sujeitos para uma transformação social a partir das bases populares e, portanto, uma transformação radical mobilizada pelos saberes elaborados do sujeito, agora coletivo, para a transformação da história através da dimensão imaterial do território. Portanto, nesse sentido, se tratamos aqui a territorialidade como método, estamos buscando a territorialização – via mobilização

social de base – como objetivo para uma urbanização de ruptura com a cidade atual. Assim, um processo educativo comprometido com a intervenção no mundo, que emancipa a consciência dos oprimidos com a mira de compreender sua condição e razão de explorados, impulsionando-os em sujeitos e atores, conduz tais sujeitos à reinventarem o mundo, não somente reproduzi-lo, carregando o poder de decisão e ruptura com esse mundo (FREIRE, 1987). No decorrer desse processo, a territorialidade, tomada aqui como método, é encarnação potente da educação popular e esta é ferramenta da outra rumo à uma territorialização que supere a segregação. Despertar a indignação, concentrar a rebeldia, organizar a revolta, atingir uma postura revolucionária que implique a superação da mudança de mundo vivido. Este é o vínculo entre território e educação popular.

Os fragmentos da cidade expressos em territórios é a escala do vivido do habitante, pois a ele não há vida na totalidade desta cidade, esta cidade, como disse Simas (2020) das “ruas desencantadas, (d)a festa combatida, (d)os tambores calados e (d)as bandeiras recolhidas são crônicas do desencanto [...]. O processo da territorialidade não está assentado apenas no reconhecimento dos atores sociais enquanto grupo de características ou CEPs em comuns, está em se embrenharem enquanto coletividade exercendo poder na disputa de força, exercendo seu poder de subversão, recriando assim, o território que lhes façam sentido.

“Que se cruzem filosofias diversas, no sarapatei que une Bach e Pixinguinha, a semântica de Grande Sertão e a semântica da sassanha das folhas. Heráclito e Exu, Spinoza e Pastinha, a biblioteca e a birosca. Que se cruzem notebook e bola, tambor e livro, para que os corpos leiam e bailem na aventura maior do caminho que descortina o ser naquele espaço que chega a ser maior que o mundo: a rua.” (SIMAS, 2020)

O percorrer da vida não sufocada, permite que as menores escalas do cotidiano – menores apenas em distâncias matemáticas – sejam os maiores pontos de encontros. Da casa, quintal, garagem, à escola, esquina, rua tenha corpo coletivo presente que cruza sonhos e desejos, ritmos e cantos, subversões e resistências. Que a retomada, inclusive da festa, também possa ser meio pulsante das territorialidades para tomada da fúria e organização da revolta. Se trata, portanto, de, além de identificar as centralidades dos comuns pelos seus conteúdos, se organizar por elas.

Considerações Finais

O território da cidade retalhado em territórios carrega em si a escala do vivido dos sujeitos dessa cidade, ou seja, a ocupação e a vida na cidade são territoriais. A partir desses territórios, por meio de suas materialidades e imaterialidades, conteúdos e centralidades, expressam a hierarquia que ocupam sob a ótica da institucionalidade e do poder hegemônico. Entretanto, essas unidades territoriais não estão dadas e acabadas, seja pela perspectiva do processo histórico, seja pela transformação dos seus atores sociais através da tomada de consciência que se traduz entre apropriar-se ou excluir desse território. As relações de poder se dão pelas relações sociais, assim, são as relações sociais que condicionam e constituem o território (HAESBAERT, 1994). Sob a lógica, tempo e racionalidade do mundo da mercadoria se desenha um espaço fragmentado, hierarquizado e segregado, propulsor de vivências efêmeras e acessos condicionados exclusivamente pelo consumo. Esta é a pintura da cidade que cinge a obra do criador e é nessa pintura, de modo indissociável, que os movimentos sociais se dão.

Ajustado o foco, tem-se então uma conclusão quanto a existência e ação dos movimentos sociais, nos quais, independentemente de suas pautas e ou profusões vocais de serem ou não territoriais, travam suas lutas no espaço e pelo espaço. Mobilizam suas bases na busca de movimentar a desestruturação de uma estrutura de mundo baseada na expropriação da riqueza, na busca de corroer seus alicerces e fundar um outro sistema, que seja antagônico e que refute em completo o modo de produção capitalista. Guardadas as diferentes vertentes, vanguardas e perspectivas políticas de suas formações, os movimentos sociais de então se confluem na postura de serem resistência e luta organizada. Jogando luz em específico a um movimento social de educação popular, Cursinho Popular do Capão, tem-se em exemplo e a partir do concreto vivido por esse movimento, a expressão da educação popular sendo a própria territorialidade, pois se àquela se faz através dos saberes de e em comunidade e pelas experiências e mundo de seus sujeitos constituidores do processo educativo, não se pode então falar de uma educação popular que não seja territorial, uma vez que os símbolos, significados e vivências (com as privações e acessos, encontros e apartações) são territoriais. Este é o percurso para traçar uma territorialização escrita pelos sujeitos oprimidos da história e do espaço-tempo da cidade.

Como abordado, o presente trabalho não buscou esmiuçar e transformar o Cursinho Popular do Capão em objeto, trata-se da exemplificação de um sujeito coletivo, que em sua prática e práxis traduz o percorrer da educação popular como ferramenta da territorialidade, enquanto também trata-se de expressão da mesma, na constituição de uma territorialização que não seja ditada e apropriada pelas relações do poder hegemônico. Diante disso, a cartografia social é suscitada aqui como àquela que permite a visibilidade da territorialidade, o encontro territorial entre seus atores e parceiros, a realocação dos significados e, desse modo, se dá como ferramenta de luta em prol do movimento social.

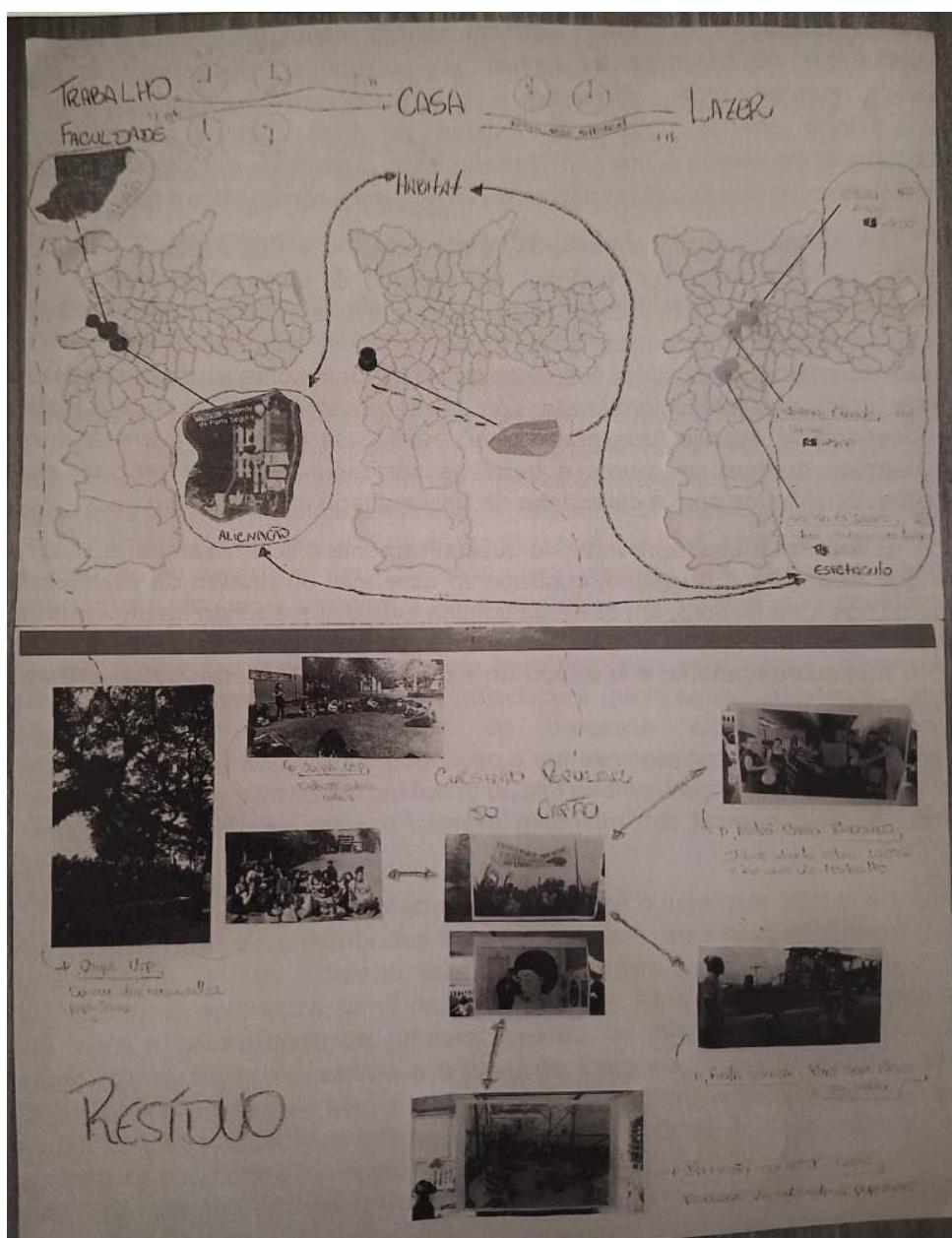


Imagen 1. Cartografia Social do cotidiano – Produção própria

A cartografia social trazida expressa como a mesma pode ser mote das percepções das amarras e dos resíduos da vida cotidiana, permitindo também, a visibilidade das contradições e o levantar de questionamentos e oposições à uma assepsia da vida urbana que barra o encontro, a festa e a movimentação orgânica dos usos do espaço. Partindo do concreto na cotidianidade se enxerga a vida cindida em três esferas que se cruzam em escalas espaciais e temporais: a casa, o trabalho e o lazer (mesmo que efêmero e programado). Nesse ínterim, tal cisão está embalada e guiada por funções e usos dos espaços-tempos adestrados e moldados na lógica do valor de troca e no processo de produção social do trabalho, assim, as esferas ditas, se traduzem no que Lefebvre (1968) chama de domínios, referindo-se ao trabalho, a vida privada e aos lazeres, sendo eles definidos e separados de acordo com suas funções. No desenho cartográfico do cotidiano não se buscou por esses domínios, se chegou na expressão deles através do que é vivido e, assim, nota-se a então cidade fragmentada e impossível de ser vivida em totalidade.

A casa é demarcada na periferia de Taboão da Serra, Jardim Salete, região metropolitana de São Paulo. O trabalho e a universidade presentes respectivamente nos bairros do Morumbi e Butantã. Os lazeres, parcos, presentes nas centralidades da metrópole e, principalmente, pagos. A relação das setas expressa as idas e vindas, movimentos e circulação pela cidade. Os relógios demarcam o tempo de estada nos trajetos e nos respectivos domínios da vida cotidiana. A proporção dos recortes colados dos bairros diserne a proporção equivalente do dia vivido neles. E aqui, qual a vida do morar? Na dinâmica massacrante do espaço-tempo vivido torna-se lugar não apropriado, por isso ser o menor dos recortes nesta cartografia, cumpre-se a função de lugar dormitório. Todavia, o morar toma centralidade principal na primeira metade da produção cartográfica, pois é lugar de partida e lugar de chegada e, acima disso, expressa a realidade socioespacial do sujeito, portanto, suas intrínsecas privações e acessos.

Na continuidade da cartografia se subverte a lógica controlada para dar vazão a centralidade dos anônimos revolucionários. O cotidiano programado e ritmado pelo capital e seu processo homogeneizador nem tudo consegue abranger, nem tudo consegue absorver, nem tudo consegue objetivar em valor troca. Há resíduos, não no sentido de estarem à margem sendo restos ou insignificantes, mas resíduo daquilo que o capital não absorve, é a insurgência contra ele. É nessa perspectiva que se dá

a existência dos movimentos sociais – e do próprio Cursinho Popular do Capão – e, assim, se estabelece em ser a centralidade da segunda metade cartografia construída. Isto posto, a cartografia social se coloca como possibilidade para a reunião dos conteúdos dos comuns, fazendo valer e priorizando as suas territorialidades, rompendo ideais dos signos políticos hegemônicos e, podendo e devendo ser, ferramenta na construção de um mundo outro. Sendo a educação popular manifestação da territorialidade como método e ela ferramenta desta rumo à uma territorialização dos e pelos sujeitos periféricos, a cartografia social é, então, ferramenta de todo esse processo e aliada potente dos movimentos sociais, permitindo a espacialidade apoderada de suas pautas e aos movimentos de educação popular, permitindo ser alicerce de uma pedagogia que se aprende no mundo da vida pelas vias dos processos de compartilhamento de experiências em espaços e ações coletivas

Referências Bibliográficas

- BRANDÃO, C. R. O que é educação. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.
- Carlos, A. F. A. (2017). A privação do urbano e o “Direito à Cidade” em Henri Lefebvre. In A. F. A. Carlos, G. Alves, & R. F. Padua (Eds.), Justiça espacial e o direito à cidade (1a ed., pp. 33-62). São Paulo: Contexto.
- CARLOS, A. F. A. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), São Paulo, Brasil, v. 18, n. 3, p. 472–486, 2014. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.89588. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/89588..> Acesso em: 2 abr. 2024.
- CRAMPTON, J; KRYGIER, J. Um a introdução à cartografia crítica In: ACSELRAD, H.(org) - Cartografias sociais e território - Rio de Janeiro: UFRJ-IPPUR - 2008;
- DAMIANI, A. L. As Contradições do Espaço: da Lógica (Formal) à (Lógica) Dialética, a Propósito do Espaço. In: CARLOS, A. F. A.; DAMIANI, A. L.; SEABRA, O. C. L. (Org.). O Espaço no Fim de Século: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2001, p. 48-61.
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra , 1987.
- FREIRE, P. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 41. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- GOHN, M. G. A educação não-formal e a relação escola-comunidade. Revista ECCOS, no 2, vol. 6, Dez 2004, p. 39-65.
- HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. In: Congresso Brasileiro de Geografia, 5, 1994, Curitiba: AGB, Anais, 1994. p. 206-214.
- HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. GEOgraphia. Rio de Janeiro, v.11, n.17, p. 19- 44, mar/2007.
- HARLEY, B. Mapas, saber e poder, Confins (Online), 5 | 2009. URL: <http://journals.openedition.org/confins/5724>; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.5724>. Acesso em: 5 jun. 2024.

LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MARX, K. A Ideologia alemã e Outros Escritos. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.

SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SIMAS, L. A. O corpo encantado das ruas. 10. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2019.